

14.outubro.2020 – 09H00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL).

Elementos identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Deputados Alexandre Poço (PSD), Carla Madureira (PSD), Cristina Mendes da Silva (PS), Eduardo Barroco de Melo (PS), Lúcia Araújo Silva (PS), Maria da Graça Reis (PS), Miguel Matos (PS), Sílvia Torres (PS) e Luís Monteiro (BE).

Assunto: "Apresentar um plano de segurança e as preocupações para a criação de medidas que visem o reforço da segurança no campus da Universidade."

Exposição:

O Deputado Alexandre Poço (PSD), que presidiu à reunião, começou por cumprimentar o Presidente da Direção-Geral da AAUL.

Depois de explicar os termos em que se iria proceder a audiência, foi dada a palavra ao Presidente da Direção-Geral da AAUL, o qual expos as razões para a audiência, que ora se resumem:

- A violência e criminalidade nos Campi da Universidade de Lisboa tinha-se tornado num problema recorrente nos últimos anos, com especial enfoque no Campus da Cidade Universitária e da Ajuda, com a ocorrência de assaltos, furtos, agressões, assédio sexual, violações e até homicídios;
- Apesar da recente ocorrência de um homicídio junto do Jardim Mário Soares, a postura assumida pelas Faculdades e/ou Universidade foi inexistente;
- Foi requerido por diversas vezes à Polícia de Segurança Pública um aumento no número de patrulhas a pé ou por meio motorizado, tendo-se assistido a um acréscimo temporário, que posteriormente voltou à "normalidade";
- Compreendem a falta de meios com que a PSP se depara, particularmente devido às restrições orçamentais dos últimos anos, mas esta é uma situação que não se podia perpetuar;
- A Polícia de Segurança Pública, em novembro de 2019, tinha enumerado no Jornal da Junta de Freguesia de Alvalade, algumas medidas de proteção e segurança dirigidas

aos estudantes do Ensino Superior. Destas sugestões, incluíam a utilização de vias devidamente iluminadas e com movimento e, que ao dirigir-se para a viatura, tivessem as chaves disponíveis para a abrir rapidamente;

- Com intuito de criar também mecanismos que habitem o território da Cidade Universitária a Universidade de Lisboa tinha projetado a construção de 900 camas na Nova Praça da Universidade de Lisboa, onde para além de serem criadas residências para estudantes também haveria a criação de espaços de comércio para dinamização desse espaço da cidade;
- Na proposta de Orçamento de Estado para 2021 e nas Grandes Opções do Plano não estava previsto um único euro para o investimento na construção em novas residências, pelo que colocava em causa a viabilidade do Plano Nacional de Alojamento Estudantil para o Ensino Superior lançado pelo Governo;
- A Universidade de Lisboa tinha entregue o seu plano para avançar nos próximos meses com o lançamento dos concursos públicos internacionais para a construção de residências para estudantes;
- Necessidade de programar a data de disponibilidade do projeto de transformar o antigo edifício do Ministério da Educação na 5 de outubro em residências, visto que de acordo com o Governo esse imóvel serviria para criar 700 camas.

As razões que sustentam o pedido de audiência encontram-se melhor descritas no [pedido](#) desta.

Após esta apresentação, intervieram os Deputados Miguel Matos (PS), Alexandre Poço (PSD) e Luís Monteiro (BE).

Às questões colocadas pelos Deputados seguiram-se os esclarecimentos dos depoentes, que ora se resumem:

- De acordo com os dados que a AAUL dispõe a Universidade de Lisboa e a PSP entregaram à tutela um projeto de monitorização do espaço público em 2017, nomeadamente na Cidade Universitária seguindo o exemplo do Bairro Alto. Ou seja, as ferramentas de monitorização ficariam operacionais durante o período noturno onde se verifica a maior ocorrência de situações de criminalidade;
- Reforçaram a necessidade de reforçar o número de efetivos destacados para a Cidade Universitária e onde estes possam estar em exclusividade nesta área territorial da cidade de Lisboa;
- Saudaram as iniciativas da Junta de Freguesia de Alvalade pela aquisição de duas motas entregues à PSP para reforço do policiamento de proximidade nesta parte da freguesia;

- Manifestaram a sua crença de que os instrumentos de monitorização do espaço público e o reforço do número de efetivos para a PSP seria insuficiente, sendo necessário habitar esta área da cidade, manifestando a esperança de que, em sede de especialidade, o Parlamento inclua verbas necessárias para que a Universidade de Lisboa possa avançar com os projetos de construção de residências;
- A Universidade já orçou as verbas necessárias, necessitando de cerca de 150 milhões de euros para avançar a médio/curto prazo para a construção de residências o que resolveria, num horizonte temporal de 3 anos, os problemas de alojamento na cidade de Lisboa;
- Propuseram que a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto diligenciasse junto da tutela a execução do plano de implementação do sistema de videovigilância na Cidade Universitária, proposto em conjunto pela Universidade de Lisboa e a PSP à tutela, por forma a garantir a proteção e segurança dos estudantes;
- Necessidade urgente de reforço da iluminação pública na Cidade Universitária e na Ajuda nos locais previamente assinalados no plano enviado pela Associação Académica da Universidade de Lisboa, de forma a suprimir o receio, não só dos estudantes, mas também da população;
- Uma maior mobilização e reforço das forças de segurança em ambas as áreas, diminuído a probabilidade da ocorrência de atos criminosos.

A gravação áudio da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 16 de outubro de 2020

O assessor

Filipe Luís Xavier